

Estudos do léxico no Brasil: marcas de uma trajetória

É relativamente recente, no cenário acadêmico brasileiro, o estudo científico do léxico, entendido como conjunto virtual do vocabulário de todos os falantes de uma dada língua. Como bem explanam Villalva e Silvestre, o léxico de uma língua é

uma entidade abstrata que se obtém por acumulação: às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes da mesma língua; às palavras em uso na contemporaneidade, somam-se as que estiveram em uso em sincronias passadas, de que temos notícia pela documentação escrita e que, por vezes, ressurgem; aos dados da escrita, unem-se os da oralidade, quando é possível apreendê-la, dada a muito maior fluidez da oralidade face à escrita. (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 23)

Datam da década de 1970 as primeiras iniciativas, em universidades brasileiras, de inclusão da Lexicologia como disciplina nos currículos dos cursos de Letras, embora a prática dos estudos do léxico já fosse corrente no país, quer como objeto de análise per se, quer como elemento a ser recolhido e organizado em obras dicionarísticas. Esse foi o fator decisivo para que, em 1986, durante o Encontro Regional da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), fosse proposta a criação de um grupo interinstitucional de estudos na área: o GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia – GTLEX, cujas atividades iniciaram sob a coordenação da prof^a. Maria Aparecida Barbosa.

Nesses quase 30 anos do GTLEX, tem havido uma constante preocupação em socializar os resultados de pesquisas, individuais ou de grupos, sobre os diversos temas contemplados nos estudos lexicais, a exemplo da coleção Ciências do Léxico e de outras iniciativas de membros de nosso GT, que atuam em universidades em vários Estados do Brasil. A Revista GTLEX, assim, chega com o objetivo de oferecer, de modo sistemático, um veículo que possa promover a circulação do pensamento e, conseqüentemente, incentivar o amplo debate acadêmico sobre as ciências do léxico em diferentes níveis e âmbitos.

Os 11 artigos que compõem este primeiro número da revista transitam entre a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. Disciplina ampla, à Lexicologia cabe estudar o léxico em seus diferentes aspectos (formação morfológica, realização fonética, distribuição sintagmática, particularidades de emprego em contextos sócio-histórico-geográficos distintos) e sob variados pontos de vista. Relacionada a ela está a Lexicografia, que se ocupa, em sua vertente prática, da

compilação e organização do léxico em dicionários, glossários etc., e, em sua vertente teórica, do exame de como se elaboram obras dessa natureza e de propostas de soluções aos problemas inerentes ao fazer lexicográfico.

Os estudos lexicológicos estão contemplados em cinco artigos, dois deles manifestando a preocupação com a inserção do estudo do léxico na sala de aula de língua portuguesa e com a adequada formação do professor para dar conta dessa dimensão da linguagem. A proposta de Márcia Sipavicius Seide e Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão no artigo *A Abordagem Lexical no ensino de língua portuguesa como língua materna* é uma aplicação da abordagem de Lewis (1993), que transpõe elementos de diferentes âmbitos dos estudos linguísticos para o ensino de línguas estrangeiras, partindo do pressuposto de que um idioma se constitui, em boa parte, por unidades fraseológicas (ou semifraseológicas), como parêmiás, citações, fórmulas rotineiras, expressões idiomáticas e colocações. As autoras sugerem um módulo didático de ensino de português como língua materna em que os princípios dessa abordagem são aplicados, considerando que a aprendizagem da norma culta da língua portuguesa, com todas as implicações sociolinguísticas inerentes, é quase “um desafio semelhante ao de aprender uma língua estrangeira” (p. 11).¹ E ponderam:

Se as palavras são armazenadas e recuperadas da memória por blocos, é imprescindível aumentar a capacidade de os alunos perceberem, de modo consciente, as partes que compõem um discurso ou textos escritos coerentes, para que, posteriormente, eles possam utilizá-los na escrita e no discurso, tornando sua escrita e seu discurso mais fluentes. (p. 15)

Raquel Pires Costa lembra que há poucas décadas o ensino de vocabulário era feito tomando-se itens lexicais isoladamente ou, quando muito, inseridos em frases curtas. O desenvolvimento da competência lexical do aluno passou a ser uma preocupação com os avanços da Linguística Textual e de forma mais sistemática, depois das discussões propiciadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Entre as orientações dadas para a produção e análise de textos orais e escritos de diferentes gêneros, os PCN trazem a necessidade de se ampliar o repertório lexical do aluno, inclusive o referente a domínios de especialidade. Vão nessa direção as reflexões trazidas por Pires no artigo *Implicações da concepção do léxico na formação do professor de língua materna*. A autora apresenta sugestões para o ensino do léxico, que considera fundamental para a competência comunicativa, assim justificando:

Dispondo de um repertório lexical suficiente e adequado à expressão do pensamento de maneira coerente e clara, o aluno terá, conseqüentemente, mais condições de assimilar conceitos não somente referentes à disciplina de

¹ As citações a textos publicados nesta revista trazem referência ao número da página em que se encontram.

português, como de todas as outras, e principalmente de refletir sobre a língua e seus usos e sobre os demais assuntos, o que contribuirá para o desenvolvimento de sua criticidade. (p. 116)

Dois artigos focalizam um ramo especial da Lexicologia que se volta para o estudo dos nomes próprios: a Onomástica. Referindo Fernândes Leboranz (1999), Eduardo Tadeu Roque Amaral e Verônica Barçante Machado lembram que os antropônimos (nomes de pessoas) e os topônimos (nomes de lugares) são as duas subclasses mais prototípicas de nomes próprios de uma língua. Os autores investigam *Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto*, apresentando diferentes propostas de tipologias de antropônimos feitas por estudiosos da área, como a de Amaral (2001), que descreveu duas categorias básicas identificadas na realidade antroponímica do Brasil: os antropônimos oficiais (prenome e sobrenome) e os não oficiais. Nomes de urnas e nomes parlamentares eram categorias ainda não consideradas nos estudos da antroponímia brasileira, e para sua descrição e análise os autores levam em conta aspectos sociais e políticos do Brasil, já que a formação dessas categorias “está vinculada às normas do ordenamento jurídico brasileiro” (p. 55).

Karylleila dos Santos Andrade aborda o estudo dos topônimos com base na Geografia Cultural e Humanista, a partir da qual traz uma noção conceptual de lugar. Em *Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares*, Andrade destaca a importância dos estudos toponímicos, enfatizando que a “nomeação dos lugares relaciona-se diretamente com o modus vivendi dos grupos humanos, e os fatores culturais e de identidade são fundamentais nesse processo” (p. 164). Lembrando a contribuição dos relatos dos viajantes naturalistas, que vieram ao Brasil com a abertura dos portos em 1808 e deixaram registros de suas impressões, afirma:

A toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelos indivíduos, uma vez que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Os nomes são formas de representação dos lugares. (p. 165)

Outra proposta ainda de estudos lexicológicos é trazida por Eliane Santos Leite da Silva e Celina Márcia de Souza Abbade em *O campo léxico dos animais em cartas ao Barão de Jeremoabo: uma análise lexicológica*. Fundamentada nos pressupostos da Lexemática de Eugenio Coseriu (1967; 1979; 1981), a investigação feita em cartas pessoais manuscritas, datadas entre 1890 e 1903, resgata aspectos do Sertão da Bahia revelados pela escrita de vaqueiros e negociantes de couro e gado e contribui “para que se tenha um panorama não somente econômico da época, mas que desvele muito acerca das especificidades de sua vida em comunidade” (p. 71). A partir dos 13 lexemas identificados no microcampo animais, as autoras apresentam um interessante exemplo de análise sêmica, em que o

arquissemema é animal explorado no trabalho do campo, estabelecendo os traços opositivos de cada unidade lexical, como na proposta coseriana dos campos lexicais.

Ainda mais recente como disciplina é a Terminologia, que tem como objeto de estudo o léxico especializado de diferentes campos do saber – os termos – e que apresenta uma vertente teórica, através da qual se pode dar conta das várias questões envolvidas na comunicação especializada, e uma vertente prática (também referida como Terminografia), voltada à descrição e gestão dos termos e à elaboração de obras. O fazer terminológico, porém, é bem mais antigo. As nomenclaturas científicas são os primeiros exemplos de prática terminológica, surgindo como resposta à necessidade de denominar os novos saberes, resultantes das grandes expedições marítimas, das descobertas científicas e desenvolvimento das técnicas. Entre os séculos XVIII e XIX, o avanço do conhecimento em diversos domínios do saber exigiu uma forma de buscar a univocidade na comunicação entre especialistas.

O artigo de Benilde Socreppa Schultz aproxima a Lexicologia da Terminologia ao trazer a contribuição de um naturalista que aportou no Brasil no rastro das grandes missões científicas do início do século XIX. Giuseppe Raddi aplicou o sistema binomial de Lineu na descrição de plantas e animais coletados, fornecendo nomes populares equivalentes em italiano. No entanto, a ausência ou mesmo o desconhecimento de muitas daquelas espécies na Europa levou-o a optar por fornecer equivalentes em língua portuguesa, e os resultados dessa estratégia linguística, a neologia por empréstimo, são analisados no artigo *A taxonomia científica versus nome popular em Sobre algumas novas espécies de répteis e plantas brasileiras: memória de Giuseppe Raddi*. Schultz lembra que “o patrimônio lexical de uma língua se expande através da criação de novas palavras, valendo-se de elementos que a língua já possui ou com a aquisição de palavras advindas de outras línguas, os empréstimos” (p. 193).

No século XX, a Terminologia moderna, em seus primórdios, focalizou a unidade terminológica; a Teoria Geral da Terminologia de Eugen Wüster (1898-1977) estabeleceu a prioridade do conceito sobre a denominação. Teorias surgidas a partir da década de 1990, como a Teoria Comunicativa da Terminologia, a Socioterminologia e a Terminografia Linguístico-Textual, com a contribuição de outros estudos recentes, como a Linguística de Corpus, abriram espaço para a observação de discursos especializados de diferentes níveis. Temas atuais de interesse da Terminologia relacionam-se à busca de soluções a problemas com os quais se deparam terminólogos: a identificação e delimitação dos termos de um dado campo do saber, a definição terminológica, a equivalência, a variação denominativa e conceitual, a planificação linguística, alguns dos quais estão aqui contemplados.

Caroline Lúcia Costa Moia Chichorro nos apresenta as etapas metodológicas e ferramentas para a *Identificação da terminologia do Licenciamento Ambiental Brasileiro*, na qual registrou a existência de variação terminológica. A partir de registros em dicionários de língua geral e

especializados, Ivanir Azevedo Delvizio e Sheila de Carvalho Pereira Gonçalves analisam “um conjunto de termos que designam atividades esportivas e recreativas desenvolvidas no turismo de aventura no que se refere à inovação lexical” (p. 229) em *Terminologia do Turismo: inovação lexical e codificação lexicográfica no campo das atividades de aventura*. O tema da definição é abordado por Isabela Galdiano e Claudia Zavaglia em *A definição terminológica em um glossário da Farmacovigilância: algumas considerações*. Com base em modelos e diretrizes que ditam “parâmetros considerados ideais para uma definição terminológica” (p. 94), as autoras elencam seis critérios para averiguar aspectos como tipo de definição (aristotélica ou outra), concisão, explicitação e ocorrência de verbos cópula. Questões de equivalência e variação são retomadas em dois artigos. Em *CIC e CPF – um caso particular de sinonímia*, Karina Rodrigues observa que, mesmo não recobrando o mesmo conceito, esses termos são empregados contextualmente como sinônimos, um fenômeno que só se dá em função da elipse do núcleo “número do” que ocorre na maioria das situações de uso. Já Gildaris Ferreira Pandim, em *Análise de ausência de equivalência de termos do contrato de prestação de serviços*, lembra que divergências culturais e conceituais entre duas realidades distintas resultam em diferenças no plano linguístico e podem ocasionar problemas para a tradução especializada, área para a qual o terminólogo contribui ao elaborar produtos terminográficos bi- ou multilíngues.

Os artigos que compõem este primeiro número da Revista GTLEX abordam alguns dos diferentes aspectos relevantes sob os quais se pode estudar o léxico. Esperamos que sirvam de base e inspiração a pesquisadores e interessados nesta fascinante área e que contribuam para a ampliação e divulgação do estado da arte dos estudos lexicais.

Giselle Mantovani*
Coordenadora GTLEX (biênio 2014-2016)

Referência

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS).